



CSBRASIL

Companhia de Serviços

## CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Cotistas:** A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**AVISO: 1.)** As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/> - Jornal "O Estado de S. Paulo"/Estadão RI - Edição de 29 de abril de 2025.

## BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Ativo circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.631	6.319	58.094	6.851	13	54.084	73.685	81.027	74.410
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	5	333.866	91.916	336.199	103.174	14	92.280	2.824	92.343	2.826
Contas a receber	6	113.527	114.580	236.079	114.490	15	12.861	14.250	12.861	14.250
Estoques		3.447	3.133	4.910	3.133	16	82	84	9.418	84
Ativos de frota disponibilizados para venda	8	30.554	35.393	30.554	35.393	17	42.030	34.527	55.091	34.835
Tributos a recuperar	7	16.600	11.707	23.141	11.707	18	37.078	20.995	46.447	21.050
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21.3	49.555	34.709	64.952	34.807	22	10.501	3.902	10.823	3.899
Dividendos a receber		163	-	163	-					
Partes relacionadas	22.1	13.273	-	13.297	-					
Despesas antecipadas		2.483	1.646	2.852	1.973					
Adiantamento de terceiros		4.734	4.221	15.007	4.226					
Outros créditos	9	23.117	27.213	23.455	27.188					
		<b>644.950</b>	<b>330.837</b>	<b>808.703</b>	<b>342.942</b>		<b>258.635</b>	<b>171.837</b>	<b>337.734</b>	<b>172.924</b>
<b>Ativo não circulante</b>										
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	27.222	8.717	27.222	8.717					
Contas a receber	6	214.775	180.236	214.776	180.236					
Tributos a recuperar	7	11.826	11.826	11.826	11.826					
Partes relacionadas	22.1	121.901	199.427	121.901	199.427					
Depósitos judiciais	20	6.351	4.146	6.359	4.146					
Outros créditos	9	281	238	281	238					
		<b>382.356</b>	<b>404.590</b>	<b>382.365</b>	<b>404.590</b>					
Investimentos	10	78.555	49.110	39.465	34.797					
Imobilizado	11	460.487	475.395	554.630	475.652					
Intangível	12	3.413	3.709	21.786	10.756					
		<b>924.811</b>	<b>932.804</b>	<b>998.246</b>	<b>925.795</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.569.761</b>	<b>1.263.641</b>	<b>1.806.949</b>	<b>1.268.737</b>					
<b>Passivo circulante</b>										
Fornecedores	13	54.084	73.685	81.027	74.410					
Empréstimos e financiamentos	14	92.280	2.824	92.343	2.826					
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	12.861	14.250	12.861	14.250					
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	82	84	9.418	84					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	42.030	34.527	55.091	34.835					
Tributos a recolher	18	37.078	20.995	46.447	21.050					
Adiantamentos de clientes	18	9.719	21.570	29.724	21.570					
Outras contas a pagar	22	10.501	3.902	10.823	3.899					
		<b>258.635</b>	<b>171.837</b>	<b>337.734</b>	<b>172.924</b>					
<b>Passivo não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	14	178.000	79.819	201.285	79.819					
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	-	11.591	-	11.591					
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	4.294	7.647	90.763	7.647					
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	44.719	29.477	44.719	29.477					
Obrigações trabalhistas		879	490	885	490					
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.2	9.343	2.562	9.343	2.562					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	83.545	74.638	96.744	74.638					
Partes relacionadas	22.1	106.025	105.909	106.025	105.909					
		<b>426.805</b>	<b>312.133</b>	<b>549.764</b>	<b>312.133</b>					
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>426.805</b>	<b>312.133</b>	<b>549.764</b>	<b>312.133</b>					
<b>Total do passivo</b>		<b>685.440</b>	<b>483.970</b>	<b>887.498</b>	<b>485.057</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	23.1	830.789	675.714	830.789	675.714					
Reservas de capital	23.2	1.196	1.196	1.196	1.196					
Reservas de lucros	23.3	51.422	99.536	51.422	99.536					
Avaliação patrimonial	23.4	914	3.225	914	3.225					
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>884.321</b>	<b>779.671</b>	<b>884.321</b>	<b>779.671</b>					
Participação de não controladores	23.5	-	-	-	35.130					
		<b>884.321</b>	<b>779.671</b>	<b>884.321</b>	<b>779.671</b>					
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>884.321</b>	<b>779.671</b>	<b>884.321</b>	<b>779.671</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.569.761</b>	<b>1.263.641</b>	<b>1.806.949</b>	<b>1.268.737</b>					

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados</b>	24	<b>522.238</b>	<b>583.850</b>	<b>788.348</b>	<b>583.774</b>
Custo de venda, locação e prestação de serviços	25	(361.382)	(339.488)	(529.114)	(340.583)
Custo de contratos de concessão e parcerias público-privadas	25	-	-	(21.760)	-
Custo de venda de ativos desmobilizados	25	(80.394)	(134.634)	(80.394)	(134.558)
<b>Total do custo de venda, locação, prestação de serviços, venda de ativos desmobilizados e contratos de concessão</b>		<b>(441.776)</b>	<b>(474.122)</b>	<b>(631.268)</b>	<b>(475.141)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>80.462</b>	<b>109.728</b>	<b>157.080</b>	<b>108.633</b>
Despesas comerciais	25	(5.534)	(1.516)	(5.598)	(1.516)
Despesas administrativas	25	(23.740)	(28.927)	(46.485)	(31.068)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	25	2.225	(4.394)	2.225	(4.394)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	31.647	(3.186)	31.639	(3.186)
Resultado de equivalência patrimonial	10	22.475	3.768	8.068	5.264
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>107.535</b>	<b>75.473</b>	<b>146.929</b>	<b>73.733</b>
Receitas financeiras	26	40.234	22.172	43.348	24.036
Despesas financeiras	26	(54.189)	(43.979)	(61.302)	(43.994)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>93.580</b>	<b>53.666</b>	<b>128.975</b>	<b>53.775</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.2	(5.108)	(7.096)	(8.856)	(7.704)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.1	(8.907)	(9.965)	(22.106)	(9.965)
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(14.015)</b>	<b>(17.061)</b>	<b>(30.962)</b>	<b>(17.669)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>79.565</b>	<b>36.605</b>	<b>98.013</b>	<b>36.106</b>
<b>Atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores	-	-	-	79.565	36.605
Acionistas não controladores	-	-	-	18.448	(499)

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>79.565</b>	<b>36.605</b>	<b>98.013</b>	<b>36.106</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>79.565</b>	<b>36.605</b>	<b>98.013</b>	<b>36.106</b>
<b>Atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores	-	-	-	79.565	36.605
Acionistas não controladores	-	-	-	18.448	(499)

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros		Reservas de capital	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
		social	de capital							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>675.714</b>	<b>1.196</b>	<b>68.615</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.225</b>	<b>748.750</b>	<b>4.508</b>	<b>753.258</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	36.605	(36.605)	-	36.605	(499)	36.106
Retenção de lucros		-	-	36.605	-	-	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(1.075)	-	-	-	(1.075)	-	(1.075)
Dividendos intermediários		-	-	(4.609)	-	-	-	(4.609)	-	(4.609)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>675.714</b>	<b>1.196</b>	<b>99.536</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.225</b>	<b>779.671</b>	<b>4.009</b>	<b>783.680</b>
Aporte de capital	1.1.1	155.075	-	-	-	-	-	155.075	-	155.075
Lucro líquido do exercício		-	-	-	79.565	-	-	79.565	18.448	98.013
Distribuição de dividendos	23.3.1	-	-	(99.252)	-	-	-	(99.252)	-	(99.252)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.3.1	-	-	-	(29.500)	-	-	(29.500)	-	(29.500)
Retenção de lucros	23.3	-	-	50.065	(50.065)	-	-	-	-	-
Reclassificação	23.4	-	-	1.073	-	-	(1.073)	-	-	-
Outras movimentações	23.4	-	-	-	-	-	(1.238)	(1.238)	-	(1.238)
<b>Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas</b>		<b>155.075</b>	<b>-</b>	<b>(48.114)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.311)</b>	<b>104.650</b>	<b>18.448</b>	<b>123.098</b>
<b>Alteração de participações em controladas</b>										
Aporte de capital de não controladores em controladas	1.2c	-	-	-	-	-	-	-	12.673	12.673
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>830.789</b>	<b>1.196</b>	<b>51.422</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>914</b>	<b>884.321</b>	<b>35.130</b>	<b>919.451</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

### Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

**2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeiras (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.21. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação:** **a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Contratos de concessão:** Os contratos de concessão convergem para o reconhecimento de dois tipos de ativos: financeiro e intangível. Ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória com relação a receita total estimada e sua vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa em 31 de dezembro de 2024, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:** • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **b) Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo a outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir:** • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em outros resultados abrangentes. **c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Os contratos de concessão da Companhia são de longo prazo e sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizados para venda (Estoque de veículos para venda):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativos de frota disponibilizados para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação de estoques no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas na nota explicativa 11. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram observados indicativos, os quais a Companhia fosse requerida a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.10 Intangível: 2.10.1 Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10.2 Concessões:** A controlada CS Mobi possui um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implantação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. O contrato converge a um modelo híbrido, que resulta no reconhecimento de ativos financeiros e intangíveis. Os ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória em relação a receita total estimada e é amortizada ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicativos de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida indefinida são testados em relação à perda por redução de valor recuperável anualmente. O contrato de concessão é de longo prazo e sujeito a discussões e reequilíbrio financeiro junto ao poder concedente. Em 31 de dezembro de 2024, a amortização destes ativos foi reconhecida como despesa nas demonstrações de resultado. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem**

o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS / COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2024. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (iii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** locação de veículos para gestão e terceirização de frota. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de contraprestação pecuniária:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** conforme previsto em contrato de concessão, os poderes concedentes remuneram o concessionário com valores fixos e variáveis, conforme cláusulas específicas, pelas atividades de construção e gestão dos objetos contratuais. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** o contrato de concessão determina valor global a ser pago ao decorrer ao longo do prazo estabelecido da prestação de serviços, atualizado anualmente mediante índices de correção estipulado pelo edital. Há remuneração variável de performance, mediante medição dos serviços prestados mensalmente e aceite do Poder Concedente. **2.18.4 Receita de contratos de concessão e parcerias-público-privadas:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** serviços termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível ou do ativo financeiro. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a medida que o serviço de construção é realizado, a receita é reconhecida a valor justo em relação aos respectivos custos incorridos para a construção. **2.19 Benefícios a empregados:** **2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com correspondente aumento do patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). **2.20 Patrimônio líquido: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são

continua →

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**  
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber; mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Intangível (registro de um contrato de concessão); premissas para determinação da contabilização do reconhecimento do ativo, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão - nota explicativa 12; d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.

**3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES**  
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024: **Alteração ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. **Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: a) Os termos e condições dos acordos SFAs. b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto material para a Companhia. **3.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS® 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS® 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS® 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS® 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS®. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS® 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS® 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS® 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**21.1 Capital social:** O capital social da Companhia, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no fim dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 830.789, dividido em 830.789.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A.

	Valor	Quotas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>675.714</b>	<b>675.714.248</b>
Aumento de capital	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>675.714</b>	<b>675.714.248</b>
Aumento de capital (nota 1.1.1)	155.075	155.075.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>830.789</b>	<b>830.789.248</b>

**21.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações:** Plano de ações restritas e *matching*: No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Volatilidade	Tx. de jrs. livre risco	Dividendos esperado	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2021	19.413	4	R\$ 7,98	9,98	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos	02/05/2021 a 01/05/2025	01/04/2025

i. **Movimentação durante o exercício:** A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Direitos de ações outorgadas	Quantidade de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Canceladas	Exercidos	em circulação	Direitos de ações	
<b>Posição em 31 de dezembro de 2022</b>					
Transferência de administradores (i)	539.518	(19.840)	(300.686)	218.992	3,87
<b>Posição em 31 de dezembro de 2023</b>					
Transferência de administradores (i)	539.518	(19.840)	(445.014)	74.664	7,06
Outorgas canceladas	-	(2.044)	-	(54.248)	7,98
<b>Posição em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>18.372</b>	

(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$1.196 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.196 em 31 de dezembro de 2023). **21.3 Reserva de lucros:** Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de lucros era de R\$ 51.422 (R\$99.536 em 31 de dezembro de 2023). **21.3.1 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:** Em fevereiro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 99.252 a títulos de dividendos, sendo R\$ 90.000 pagos em fevereiro e R\$ 9.252 pagos no mês de abril. Em novembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 25.075 a título de juros sobre capital próprio, já líquido de impostos. O valor foi liquidado em 30 de dezembro de 2024, após deliberação da controladora CS Holding, determinando que o valor fosse registrado como aporte de capital. Abaixo estão demonstradas as movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Controladora Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	-
Juros sobre capital próprios declarados	29.500	-	29.500
Imposto de renda retido	(4.425)	-	(4.425)
Juros sobre capital próprio pagos	(25.075)	-	(25.075)
Dividendos declarados	-	99.252	99.252
Dividendos pagos	-	(99.252)	(99.252)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-

**21.4 Ajustes de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 914 (R\$ 3.225 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício se deve ao registro de R\$1.238 referente a movimentações patrimoniais referentes a ações em tesouraria mantidas pela investida BRT Sorocaba e uma reclassificação no valor de R\$ 1.073 de ajuste ao resultado de períodos anteriores da investida BRT Sorocaba registrado como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida à reserva de lucros. **21.5 Participação de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o valor de R\$35.130 (R\$ 4.009 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 3.695 por 25% de participação na CS Mobi Cuiabá e R\$ 31.435 por 55% de participação na Ciclus Amazônia.

**DIRETORIA EXECUTIVA**  
João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente  
Samir Moises Gillo Ferreira - Diretor Financeiro

**CONTADOR**  
Mauro Roberto de Abreu Junior - CRC 1SP-294124/O-8

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Aos Administradores e quotistas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após o relatório da administração dessa publicação resumida. Tipo de Opinião - Sem modificação.

Barueri, 25 de abril de 2025

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes**  
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

**ESTADÃO RI**

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ACESSE E CONHEÇA:



**LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS**

**+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS**

**LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE**

**A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês**

**ESTADÃO 150**